



Vol. I nº 1 jan./jun. 2006

p. 211-215

## ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO AVALIATIVO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

Ana Paula Domingos<sup>1</sup>

Orientadora: Clarice Cristina Corbari<sup>2</sup>

O presente trabalho tem por objetivo propor uma reflexão sobre o processo avaliativo em Língua Estrangeira. Tendo em vista a dialética existente entre teoria e prática e as contradições acerca do assunto, propomos a concepção de avaliação diagnóstica e contínua, uma vez que sua função não pode ser finalizadora dentro do processo de ensino e aprendizagem.

A avaliação é uma sondagem do progresso de cada aluno. Todas as atividades realizadas por ele podem ser analisadas com o objetivo de diagnosticar seu nível de aprendizagem em determinado conteúdo ou em determinadas habilidades. Ou seja, a avaliação é um mecanismo para colher e sistematizar dados relevantes sobre o rendimento escolar dos alunos. Dessa forma, é possível verificar dificuldades para tomar decisões sobre o andamento do trabalho do professor, e retomá-lo quando os resultados não forem satisfatórios.

(...) A avaliação é um instrumento que deve servir como ponto de referência para o aluno, para que ele saiba em que direção está avançando. (...) O aluno não deve ser escravo da avaliação, estudar em função dela. Se fizer assim, esquecerá rapidamente o que tiver aprendido. (PILETTI, 1984:168).

Através da verificação contínua, ou seja, do diagnóstico de toda a jornada do aluno na disciplina rumo ao atingimento dos objetivos e do rendimento nas atividades, é possível mensurar a qualidade do processo tanto do ensino quanto da aprendizagem.

O ato de avaliar não pode ser entendido como um fim em si mesmo, mas como um processo, e seu caráter deve ser investigativo e não punitivo, pois sua função é orientar a ação pedagógica.

(...) A educação se constrói pela reflexão antes de tudo e pelos resultados em segundo lugar. Por isto, a avaliação deve estar voltada, em primeiro lugar para a reflexão e secundariamente para o resultado. Escola é lugar de se aprender, e aprender inclui errar. Errar faz parte do processo pedagógico e o aluno não pode ser punido por algo que faz parte de sua vida como aprendiz. (...) (CAGLIARI, 2000:151).

A escola, ao avaliar, cumpre uma determinação socialmente imposta: a comprovação da realização de seu papel está justamente em seus métodos avaliativos. Há uma cobrança muito grande em relação à implantação de conceitos ou escores, uma vez que ainda persiste a cultura de classificar os alunos através de suas notas, mas não se questiona em que circunstâncias ele as recebeu: se a forma avaliativa foi coerente com o conteúdo ensinado: se o professor realmente enfatizou questões relevantes ou se baseou apenas em minúcias. Se o professor não atribuir notas e/ou conceitos, cria-se um mal estar entre os coordenadores e a direção, já que a imagem do professor competente ainda está associada ao que não abre mão da realização de provas. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) abordam a necessidade da avaliação como um “feedback” não só para os alunos, mas também para os pais e a sociedade.

(...) Os pais, como participantes diretamente envolvidos no processo educacional de seus filhos, precisam ter informações sobre o desenvolvimento do trabalho destes. À sociedade, a quem o sistema educacional deve uma satisfação sobre sua eficácia, por certo, interessar o acompanhamento do que acontece nas salas de aula. (BRASIL, 1998:81).

O processo de ensino/aprendizagem não é estático e nem linear, muitas vezes se faz necessária a re-estruturação dos métodos e/ou abordagens para que o objetivo seja alcançado. Não deve ser tomado um “padrão”, ou comparar os alunos uns com os outros, uma vez que cada aluno tem seu próprio ritmo na aquisição de uma língua, além do que existe a possibilidade de fatores externos ou não, interferirem no momento da realização da prova. A partir de uma nota baixa, o aluno, se comparado a um colega que alcançou nota superior, se sentirá desmotivado e estigmatizado, fadado ao fracasso não só na escola bem como na vida. A elaboração da prova ou teste deve ser cuidadosamente pensada para que o professor não corra o risco de levantar aspectos que não ensinou em sala.

O conceito de avaliação na prática ainda vem agregado ao sinônimo de poder, punição, exclusão, autoridade, classificação e/ou julgamento. A prática avaliativa, concebida como julgamento de resultados pré-determinados, julga e classifica o aluno com base apenas em seu conceito ou nota. Todo o processo de desempenho do aluno passa a resumir-se na nota recebida no teste, ou prova. A avaliação deveria ser para auxiliar o aluno a avançar e não um mecanismo para classificá-lo. Dessa forma, o aluno torna-se estereotipado e muitas vezes subestimado pelo professor e pelos pais graças à supervalorização da nota da prova. Outro equívoco muito cometido pelos professores é o de avaliar o aluno pelo comportamento ou disciplina. Muitos alunos têm suas notas pura e simplesmente baseadas no

seu comportamento em sala de aula e não no seu desempenho na resolução das atividades. Há que se ter cautela nessa prática, uma vez que se corre o risco de “camuflar” a real situação do aluno, e, por outro lado, há professores que utilizam-se das notas/conceitos para obrigarem seus alunos a prestarem atenção nas aulas e não conversarem, chegando muitos até a descontarem pontos já conquistados pelos alunos a fim de garantirem o controle da sala.

Quando imbuída da função meramente classificatória, a avaliação resume-se em um instrumento estático e frenador do processo de crescimento do aprendizado do aluno. Dessa forma descartada a importância da reciprocidade na ação educativa, o professor detém o poder sobre o futuro do aprendiz, pois cabe a ele determinar o fracasso ou sucesso de seus alunos.

(...) A avaliação deve ajudar todas as crianças a crescerem: os ativos e os apáticos, os espertos e os lentos, os interessados e os desinteressados. Os alunos não são iguais, nem no nível sócio-econômico nem nas suas características individuais. A avaliação possibilita o conhecimento de cada um, da sua posição em relação à classe, estabelecendo uma base para as atividades de ensino/aprendizagem. ( LIBÂNEO, 1994:201-202).

O processo de avaliação na escola deve ter seu cerne na investigação, na indagação; deve servir de base para formulações de planos de aula ou até mesmo da própria didática. O objetivo de toda avaliação deveria ser o de proporcionar ao aluno um parâmetro de seu desempenho, para refletir sobre os erros cometidos, e para o professor prosseguir ou repensar sua metodologia, a fim de minimizar as lacunas deixadas no aprendizado do aluno em determinado conteúdo.

Quanto à correção, muitas vezes o professor exalta e expõe os erros dos alunos com o objetivo de chamar a atenção para os deslizos ou falhas. A questão que deve ser feita é se tal correção favorece a compreensão e o desenvolvimento da autonomia dos alunos, ou seja, se o fato do professor apontar e/ou corrigir “os erros” possibilita ao aluno tomar consciência dos mesmos. Na correção, a análise das respostas produzidas pelo aluno em situação de prova deve ser pautada no processo de construção do conhecimento do aluno, uma vez que a correção é parte integrante do processo ensino/aprendizagem e não uma etapa isolada e finalizadora. Porém, para o aluno que, de certa forma, está sendo exposto e julgado, essa atitude é altamente inibidora e até mesmo humilhante, provocando nele a sensação de fracasso. O professor precisa ter consciência de seus objetivos ao corrigir a prova, pois muitas vezes a resposta produzida pelo aluno não é exatamente (na íntegra) o que o professor esperava, contudo o que deve ser analisado e valorizado é o processo utilizado pelo aluno na produção de sua resposta. (...) A avaliação deve significar justamente a

relação entre dois sujeitos cognoscentes que percebem o mundo através de suas próprias individualidades, portanto, subjetivamente (...) (HOFFMANN, 1994:62).

A função da avaliação é ser investigativa, constituindo-se em um momento dialético do processo de avançar no desenvolvimento da ação, do crescimento para a autonomia ou para a competência. Com esse diagnóstico em mãos, tanto o professor quanto o aluno tem a oportunidade de rever seu desempenho no decorrer no processo educacional. Contudo, para que o processo avaliativo cumpra com suas funções, é interessante salientar alguns quesitos na elaboração de um teste ou prova. Deve-se cobrar somente conteúdos trabalhados em sala; se possível contemplar mais de uma habilidade, no caso de língua estrangeira (compreensão oral, produção oral, leitura e escrita). Alguns itens devem ser pensados antes de se elaborar um teste, já que os alunos possuem competências distintas uns dos outros: se o professor aplicar, por exemplo, somente testes escritos, prejudicará os demais que são melhores em outras habilidades. Pegadinhas, testes surpresas e provas muito extensas também devem ser evitadas a fim de não serem utilizadas com intuito de vingança à turma. A elaboração da avaliação deve contemplar, além das partes relevantes do conteúdo, a habilidade cognitiva do aluno, proporcionando dessa maneira um parâmetro de como está seu desempenho na disciplina. Para tanto, os enunciados precisam ser claros e objetivos. O ideal seria que os professores tivessem condições de conhecer realmente seus alunos para não cometerem injustiças na hora de conceituá-lo, para poderem saber até que ponto ele realmente entendeu a matéria. Infelizmente, o caráter disciplinador da avaliação ainda permeia o ambiente escolar, gerando apreensão por parte dos alunos e, de certa forma, tornando os professores “escravos” do sistema, uma vez que é necessário apresentar índices, “medidas” do grau de aprendizado do aluno. Esse procedimento tem, ainda, a característica de comprovar o trabalho do professor em sala de aula, servindo de referência da competência do professor perante a coordenação e até a própria sociedade.

O ato de avaliar é de certa forma, relativo, uma vez que em situação de prova, um aluno considerado nota 10, por exemplo, pode não ter apresentado um bom desempenho. Cabe ao professor, nesse caso, a função de considerar o desempenho e o interesse desse aluno em todo o desenvolvimento da disciplina. Julgar e classificar não são os mecanismos mais adequados para incentivar o aluno, e muito menos distribuir notas altas aleatoriamente para a turma. Dessa forma, além do professor não estar incentivando o aluno a estudar, estará banalizando o processo educacional, e de certa forma, estará menosprezando o empenho do aluno e o seu próprio trabalho na função de mediador do conhecimento.

#### REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: 3º e 4º ciclos do ensino fundamental. Língua Estrangeira**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAGLIARI, Luiz C. Avaliação e Promoção. In **Revista Línguas e Letras**. Vol. 1 nº 1 - 1º Semestre. Cascavel-PR: Edunioeste, 2000.

HOFFMANN, J. **Avaliação: Mito & Desafio – uma perspectiva construtivista**. 15 ed. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994. (Série Formação do Professor).

PILETTI, Nelson. **Avaliação**. In: **Psicologia Educacional**. São Paulo: Ed. Ática, 1984. Cap. 12.

TOTIS, Verônica Pakrauskas. **Língua Inglesa: Leitura**. São Paulo: Cortez, 1991.

#### NOTAS

<sup>1</sup> A autora é Pós graduanda em Perspectivas contemporânea para o Ensino de Língua Inglesa (UNIOESTE).

<sup>2</sup> Mestre em Letras.